

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL

PUBLIC EDUCATIONAL POLICIES IN BRAZIL: CHALLENGES AND PERSPECTIVES FOR SOCIAL INCLUSION

POLÍTICAS EDUCATIVAS PÚBLICAS EN BRASIL: DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS PARA LA INCLUSIÓN SOCIAL

Maria Josileide da Silva Souza¹, Leonardo Marques Tezza², Elijane dos Santos Silva³, Marcelo dos Santos Feitosa⁴, Nicolás Matheus da Fonseca Tinoco de Souza Araújo⁵, Allan Pinheiro Monteiro⁶, Bruna Santos Araújo⁷, Raquel Santos da Silva⁸, Juliana Pereira Camayo⁹, Livia Camilly de Moura¹⁰, Plácido Alvinho da Silva Neto¹¹, Regina Célia de Aquino¹², José Leal Rodrigues¹³, Jeanne Maria Oliveira Mangueira¹⁴, Jônatas Axxel Carvalho Machado¹⁵, Fernanda Abreu Sguizardi¹⁶,

¹ Mestre em Educação, Universidad Europea del Atlántico, Santander, Cantábria, Espanha. E-mail: mjosileide0209@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-1252-092X>

² Doutor em Educação, Universidade Estadual Paulista (UNESP) Marília, São Paulo, Brasil. E-mail: leo_tezza@hotmail.com

³ Doutora em Educação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). E-mail: elijane.santos@unesp.br

⁴ Mestre em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais, Universidade de Taubaté (UNITAU), Taubaté, São Paulo, Brasil. E-mail: marcelo.sfeitosa@unitau.br

⁵ Doutorado em Engenharia Mecânica, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: nicolas.araujo@ufersa.edu.br

⁶ Mestrando pelo Programa de Mestrado em Administração Pública da Rede PROFIAP, Universidade Federal Rural da Amazônia, Paragominas, Pará, Brasil. E-mail: allan.monteiro@ufra.edu.br

⁷ Especialista em Psicopedagogia, Instituto Panamericano, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. E-mail: bruna.araujoc14@gmail.com

⁸ Bacharel em Enfermagem, Faculdades Integradas do Tapajós (FIT), Santarém, Pará, Brasil. E-mail: rachelnefro33@hotmail.com

⁹ Mestre em Educação, Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. E-mail: julianacamayo1@gmail.com

¹⁰ Graduanda em Medicina Veterinária, Universidade de Marília (UNIMAR), Marília, São Paulo, Brasil. E-mail: liviacamillydemoura@gmail.com

¹¹ Mestre em Sistemas Agroalimentares, Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Pará, Castanhal, Pará, Brasil. E-mail: placido.neto@ifpa.edu.br

¹² Mestranda em Ciências da Educação, Universidad Del Sol. E-mail: reginaceliaaquino27@gmail.com

¹³ Doutor em Ciências - Química, Instituto Federal do Maranhão (IFMA) Grajaú, Maranhão, Brasil. E-mail: jose.rodrigues@ifma.edu.br

¹⁴ Mestra em Educação, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil. E-mail: jeanne_13cz@hotmail.com

¹⁵ Mestrando em Educação, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: j.axxel7@gmail.com

¹⁶ Pós-Graduada em Dermatologia e Perícia Médica, Universidad de Aquino Bolivia (UDABOL), revalidada pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: drafernandaabreu@hotmail.com

Dayane de Melo Ribeiro¹⁷, Thiago Gadelha de Almeida¹⁸, Francisco Evilasio de Sousa¹⁹, Francilino Paulo de Sousa²⁰, Vilma Canazart dos Santos²¹

DOI: 10.54899/dcs.v23i88.5000

Recibido: 13/02/2026 | **Aceptado:** 10/03/2026 | **Publicación en línea:** 18/03/2026.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar as políticas públicas educacionais no Brasil, destacando seus principais desafios e perspectivas para a promoção da inclusão social no contexto educacional. Para alcançar esse propósito, foi realizada uma revisão integrativa da literatura, orientada pela estratégia PICO e conduzida conforme as diretrizes do protocolo PRISMA, a fim de garantir maior rigor metodológico na seleção e análise dos estudos. As buscas foram realizadas nas bases de dados SciELO, Scopus, DOAJ e Google Acadêmico, utilizando palavras-chave relacionadas ao tema combinadas por operadores booleanos. Foram incluídos artigos científicos publicados em português, disponíveis gratuitamente em formato completo e publicados entre os anos de 2023 e 2024, sendo excluídas duplicatas e outros tipos de publicações que não correspondessem a artigos científicos. A análise dos dados foi realizada com apoio do software NVivo, possibilitando a organização e categorização das informações extraídas dos estudos selecionados. Os resultados indicaram que as políticas públicas educacionais desempenham papel fundamental na ampliação do acesso à educação e na promoção da inclusão social, porém ainda enfrentam desafios relacionados às desigualdades regionais, limitações de infraestrutura, formação docente e inclusão digital, evidenciando a necessidade de fortalecimento e integração das políticas educacionais para garantir maior equidade no sistema educacional brasileiro.

Palavras-chave: Educação. Políticas Públicas. Inclusão Social.

ABSTRACT

This study aimed to analyze educational public policies in Brazil, highlighting their main challenges and perspectives for promoting social inclusion in the educational context. To achieve this purpose, an integrative literature review was conducted, guided by the PICO strategy and carried out according to the PRISMA protocol guidelines, in order to ensure greater methodological rigor in the selection and analysis of studies. Searches were performed in the SciELO, Scopus, DOAJ, and Google Scholar databases, using keywords related to the topic combined with Boolean operators. Scientific articles published in Portuguese, freely available in full format, and published between 2023 and 2024 were included, excluding duplicates and other types of publications that did not correspond to scientific articles. Data analysis was performed using NVivo software, enabling the organization and categorization of information extracted

¹⁷ Mestranda em Formação de Professores e Práticas Educativas, Instituto Federal Goiano (IF - GOIANO), Rio Verde, Goiás, Brasil.

¹⁸ Mestre em Educação e Gestão Desportiva, Universidad Americana (UAM), Limoeiro do Norte, Ceará, Brasil.
E-mail: thiago-gadelha@ifce.edu.br

¹⁹ Mestrando em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil.
E-mail: evilasio.sousa@aluno.uece.br

²⁰ Mestrando em Ciências da Educação e Ética Cristã, Ivy Enber Christian University, Flórida, EUA.
E-mail: fpslm@yahoo.com.br

²¹ Doutoranda em Ciências da Educação, Universidad San Carlos (USC), Assunção, Paraguai.
E-mail: vivicanazart@yahoo.com.br

from the selected studies. The results indicated that public education policies play a fundamental role in expanding access to education and promoting social inclusion; however, they still face challenges related to regional inequalities, infrastructure limitations, teacher training, and digital inclusion, highlighting the need to strengthen and integrate educational policies to ensure greater equity in the Brazilian education system.

Keywords: Education. Public Policies. Social Inclusion.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar las políticas públicas educativas en Brasil, destacando sus principales desafíos y perspectivas para promover la inclusión social en el contexto educativo. Para ello, se realizó una revisión integradora de la literatura, guiada por la estrategia PICO y llevada a cabo según las directrices del protocolo PRISMA, con el fin de garantizar un mayor rigor metodológico en la selección y el análisis de los estudios. Se realizaron búsquedas en las bases de datos SciELO, Scopus, DOAJ y Google Scholar, utilizando palabras clave relacionadas con el tema combinadas con operadores booleanos. Se incluyeron artículos científicos publicados en portugués, de libre acceso y en formato completo, publicados entre 2023 y 2024, excluyendo duplicados y otros tipos de publicaciones que no correspondían a artículos científicos. El análisis de datos se realizó utilizando el software NVivo, que permitió la organización y categorización de la información extraída de los estudios seleccionados. Los resultados indicaron que las políticas públicas de educación desempeñan un papel fundamental en la ampliación del acceso a la educación y la promoción de la inclusión social. Sin embargo, aún enfrentan desafíos relacionados con las desigualdades regionales, las limitaciones de infraestructura, la formación docente y la inclusión digital, lo que subraya la necesidad de fortalecer e integrar las políticas educativas para garantizar una mayor equidad en el sistema educativo brasileño.

Palabras clave: Educación. Políticas Públicas. Inclusión Social.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda a temática das políticas públicas educacionais no Brasil, com foco nos desafios e nas perspectivas relacionadas à promoção da inclusão social por meio da educação. Considerando que a educação é reconhecida como um direito fundamental e um importante instrumento de transformação social, discutir as políticas públicas voltadas para esse setor torna-se essencial para compreender de que forma o Estado busca garantir acesso, permanência e qualidade no ensino para diferentes grupos sociais. Nesse contexto, a investigação pretende analisar como as políticas educacionais brasileiras têm sido estruturadas e

implementadas, bem como seus impactos na redução das desigualdades sociais.

A abordagem desta pesquisa delimita-se à análise das políticas públicas educacionais voltadas à inclusão social no contexto brasileiro, considerando especialmente iniciativas governamentais que buscam ampliar o acesso à educação e promover equidade no sistema educacional. Dessa forma, o estudo concentra-se na relação entre educação, inclusão e desenvolvimento social, observando como programas, diretrizes e ações institucionais influenciam a democratização do ensino e a garantia de oportunidades educacionais para populações historicamente marginalizadas.

Historicamente, a educação no Brasil passou por diversos processos de transformação ao longo dos séculos, refletindo as mudanças políticas, econômicas e sociais do país. Durante o período colonial e imperial, o acesso à educação era restrito a uma pequena parcela da população, geralmente ligada às elites econômicas e políticas. A estrutura educacional era limitada e pouco voltada à formação ampla da sociedade, o que contribuiu para a manutenção de profundas desigualdades sociais e educacionais.

Com o avanço do século XX e a consolidação de políticas sociais mais amplas, especialmente após a redemocratização do país, a educação passou a ser reconhecida de forma mais efetiva como um direito de todos. A promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um marco importante nesse processo, ao estabelecer a educação como direito social e dever do Estado e da família. A partir desse período, diversas políticas públicas educacionais foram criadas com o objetivo de ampliar o acesso ao ensino, reduzir desigualdades e promover maior inclusão social no sistema educacional brasileiro.

Nesse cenário, as políticas públicas educacionais assumem papel estratégico na promoção da inclusão social, pois buscam garantir que diferentes grupos da população tenham acesso a oportunidades educacionais de qualidade. Programas voltados à expansão da educação básica, ao fortalecimento da educação pública e à valorização da diversidade no ambiente escolar são exemplos de iniciativas que procuram enfrentar barreiras históricas relacionadas à desigualdade social, econômica e cultural.

Além disso, políticas educacionais voltadas à inclusão também consideram aspectos como a permanência dos estudantes na escola, a melhoria da infraestrutura educacional e a formação de professores preparados para lidar com a diversidade presente nas salas de aula. Dessa forma, a implementação eficaz dessas políticas pode contribuir significativamente para a construção de uma sociedade mais justa, reduzindo disparidades e ampliando as possibilidades de mobilidade

social por meio da educação.

Entretanto, apesar dos avanços observados nas últimas décadas, ainda existem diversos desafios relacionados à efetivação das políticas públicas educacionais no Brasil. Problemas como desigualdade regional, limitações de recursos, dificuldades na implementação de programas educacionais e persistência de barreiras sociais e econômicas continuam impactando o acesso e a qualidade da educação para muitos estudantes, especialmente aqueles pertencentes a grupos socialmente vulneráveis.

Diante desse contexto, surge a seguinte questão norteadora: quais são os principais desafios e perspectivas das políticas públicas educacionais no Brasil para promover efetivamente a inclusão social? Assim, o objetivo desta pesquisa foi analisar as políticas públicas educacionais brasileiras, identificando seus principais desafios, avanços e perspectivas no que se refere à promoção da inclusão social e à redução das desigualdades educacionais.

MÉTODOS

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, método que permite reunir, analisar e sintetizar resultados de estudos já publicados sobre um determinado tema, possibilitando uma compreensão ampla e sistematizada do conhecimento existente (Lima *et al.*, 2024; Jahnke *et al.*, 2025; Silva *et al.*, 2025a; Lima *et al.*, 2025a; Lima e Menezes, 2025; Lima *et al.*, 2024a; Lima *et al.*, 2025b). Esse tipo de revisão é amplamente utilizado em pesquisas acadêmicas por permitir a integração de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, contribuindo para a identificação de lacunas no conhecimento e para o fortalecimento da base científica sobre a temática investigada. Nesse sentido, a revisão integrativa possibilitou reunir evidências relevantes acerca das políticas públicas educacionais no Brasil e sua relação com os desafios e perspectivas para a inclusão social.

Para orientar a construção da pergunta de pesquisa e a organização da busca bibliográfica, foi utilizada a estratégia PICO, amplamente aplicada em estudos de revisão sistematizada. Essa estratégia consiste na definição de quatro elementos principais: população ou problema (P), intervenção ou fenômeno de interesse (I), comparação quando aplicável (C) e resultados esperados (O). A aplicação dessa estrutura contribuiu para delimitar o foco da investigação, facilitando a identificação de estudos relevantes e assegurando maior rigor metodológico durante o processo de seleção e análise das publicações relacionadas ao tema das políticas públicas

educacionais e inclusão social.

A condução da pesquisa também seguiu as diretrizes do protocolo PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), utilizado para garantir maior transparência e organização no processo de seleção dos estudos. Inicialmente foi realizada a etapa de identificação dos artigos nas bases de dados selecionadas, seguida pela triagem dos títulos e resumos para verificar sua relação com o tema da pesquisa. Posteriormente, os estudos potencialmente relevantes passaram pela fase de elegibilidade, na qual os textos completos foram analisados de acordo com os critérios previamente definidos. Por fim, os artigos que atenderam a todos os critérios foram incluídos na análise final, assegurando maior confiabilidade e sistematização ao processo de revisão.

As buscas bibliográficas foram realizadas em bases de dados amplamente reconhecidas na produção científica, sendo elas SciELO, Scopus, Directory of Open Access Journals (DOAJ) e Google Acadêmico. A escolha dessas bases ocorreu devido à sua relevância na disseminação de pesquisas acadêmicas e à ampla cobertura de estudos nas áreas de educação, políticas públicas e ciências sociais. A utilização de diferentes bases permitiu ampliar o alcance da busca e aumentar a probabilidade de identificação de estudos relevantes sobre a temática investigada.

Para a realização das buscas, foram utilizadas palavras-chave relacionadas ao tema da pesquisa, combinadas por meio de operadores booleanos, como AND, OR e NOT. Essa estratégia permitiu refinar os resultados e direcionar a busca para estudos mais específicos e alinhados ao objetivo da investigação. Entre os principais descritores utilizados destacam-se termos relacionados a políticas públicas educacionais, inclusão social e educação no Brasil, garantindo maior precisão na recuperação das publicações relevantes.

Foram estabelecidos critérios de inclusão para a seleção dos estudos, com o objetivo de garantir a relevância e a atualidade das publicações analisadas. Dessa forma, foram incluídos apenas artigos científicos publicados em português, produzidos no contexto brasileiro, disponíveis gratuitamente em formato completo e publicados no período entre os anos de 2023 e 2024. A definição desses critérios permitiu focar em estudos recentes e diretamente relacionados à realidade educacional brasileira.

Em contrapartida, também foram definidos critérios de exclusão para garantir maior rigor metodológico durante o processo de seleção dos estudos. Assim, foram excluídos artigos duplicados encontrados em mais de uma base de dados, bem como teses, dissertações, resumos de eventos, capítulos de livros, editoriais e outros tipos de publicações que não correspondessem

a artigos científicos completos. Também foram excluídos estudos que não apresentavam relação direta com o tema proposto ou que não atendiam aos critérios previamente estabelecidos.

Após a seleção dos estudos, foi realizada a etapa de análise qualitativa dos dados, utilizando o software NVivo, reconhecido como um dos principais programas de apoio à análise de dados qualitativos, classificado como CAQDAS (Computer-Assisted Qualitative Data Analysis Software). Esse software possibilita organizar, codificar e categorizar grandes volumes de informações textuais, facilitando a identificação de padrões, temas recorrentes e relações entre os dados analisados.

RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Os resultados obtidos na revisão integrativa podem ser observados na tabela 1.

Tabela 1. Artigos selecionados

Autores	Objetivo	Método	Principais resultados
Faustino e Pereira (2024)	Identificar políticas públicas educacionais voltadas à inclusão social e sua contribuição para uma educação equitativa.	Revisão de literatura de abordagem qualitativa baseada em estudos sobre políticas educacionais.	Os autores destacam que políticas educacionais inclusivas ampliam o acesso à educação, mas ainda enfrentam desafios relacionados à permanência escolar e à desigualdade social.
Santos <i>et al.</i> (2024)	Analisar as desigualdades educacionais no Brasil e o papel das políticas públicas na promoção da inclusão.	Pesquisa qualitativa com revisão bibliográfica e análise documental de dados institucionais.	O estudo evidenciou que políticas como Fundeb e PNE contribuem para reduzir desigualdades, embora persistam diferenças regionais e sociais no acesso à educação.
Cruz e Santos (2024)	Examinar o impacto das políticas públicas educacionais na redução das desigualdades sociais no Brasil.	Pesquisa descritiva e analítica baseada em dados educacionais e documentos oficiais.	Os resultados apontam que políticas educacionais são fundamentais para a mobilidade social, mas ainda existem limitações estruturais no sistema educacional brasileiro.
Costa <i>et al.</i> (2024)	Analisar a integração de políticas públicas educacionais voltadas para equidade e inovação na educação básica.	Revisão de literatura com análise de programas educacionais e políticas governamentais.	O estudo indica que a integração de políticas educacionais, formação docente e investimento em inovação são fundamentais para promover inclusão educacional.
Dexheimer e Silva (2024)	Analisar o desenvolvimento das políticas públicas voltadas à inclusão digital na	Pesquisa qualitativa documental sobre políticas públicas educacionais	Os resultados mostram que a inclusão digital é um fator essencial para democratizar o

	educação brasileira.	relacionadas às tecnologias digitais.	acesso à educação e ampliar oportunidades de aprendizagem.
Santos <i>et al.</i> (2023)	Analisar avanços e retrocessos das políticas educacionais no Brasil, especialmente em relação à inclusão educacional.	Pesquisa bibliográfica baseada em estudos recentes sobre políticas públicas educacionais.	O estudo destaca que, embora existam avanços na inclusão, há desafios relacionados à continuidade das políticas e à implementação efetiva nas escolas.

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A análise dos estudos selecionados evidencia que as políticas públicas educacionais no Brasil têm sido amplamente discutidas como instrumentos fundamentais para a promoção da inclusão social e redução das desigualdades educacionais. Os autores analisados convergem ao apontar que a educação desempenha um papel central na construção de uma sociedade mais equitativa, uma vez que possibilita o acesso ao conhecimento, o desenvolvimento de competências e a ampliação das oportunidades sociais e profissionais. Nesse contexto, as políticas educacionais são compreendidas como mecanismos estratégicos por meio dos quais o Estado busca garantir o direito à educação e promover maior justiça social.

De acordo com Faustino e Pereira (2024), as políticas públicas educacionais voltadas à inclusão social têm como objetivo ampliar o acesso à educação e garantir que diferentes grupos sociais possam participar de forma efetiva do sistema educacional. Os autores destacam que a inclusão educacional não se limita apenas à matrícula dos estudantes nas instituições de ensino, mas envolve também condições adequadas de permanência, qualidade do ensino e reconhecimento da diversidade presente no ambiente escolar. Dessa forma, as políticas educacionais devem considerar fatores sociais, culturais e econômicos que influenciam o processo educativo.

Nesse sentido, Santos *et al.* (2024) ressaltam que a desigualdade educacional no Brasil está diretamente relacionada às desigualdades socioeconômicas historicamente presentes na sociedade brasileira. Segundo os autores, fatores como renda, localização geográfica, acesso a infraestrutura escolar e condições familiares influenciam significativamente as oportunidades educacionais disponíveis para os estudantes. Assim, políticas públicas educacionais tornam-se fundamentais para reduzir essas disparidades e promover maior equidade no acesso ao ensino.

Cruz e Santos (2024) reforçam essa perspectiva ao afirmar que a educação possui um papel estratégico na promoção da mobilidade social. Para os autores, quando as políticas educacionais são planejadas e implementadas de forma eficaz, elas contribuem para ampliar as

oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, especialmente para grupos socialmente vulneráveis. Dessa forma, a educação torna-se um mecanismo de transformação social, capaz de reduzir desigualdades e fortalecer a cidadania.

No entanto, os estudos também evidenciam que, apesar dos avanços observados nas últimas décadas, o sistema educacional brasileiro ainda enfrenta desafios significativos. Faustino e Pereira (2024) apontam que muitos programas educacionais voltados à inclusão social enfrentam dificuldades relacionadas à falta de recursos financeiros, limitações estruturais e desigualdades regionais. Essas barreiras dificultam a implementação plena das políticas públicas e impactam diretamente a qualidade da educação oferecida.

Santos *et al.* (2024) acrescentam que as desigualdades regionais representam um dos principais desafios para a efetividade das políticas educacionais no Brasil. Segundo os autores, regiões com menor desenvolvimento socioeconômico tendem a apresentar maiores dificuldades em relação à infraestrutura escolar, formação docente e acesso a recursos pedagógicos. Esse cenário evidencia a necessidade de políticas públicas que considerem as especificidades regionais e promovam maior equilíbrio no sistema educacional.

Outro aspecto relevante identificado nos estudos refere-se ao papel das políticas públicas na garantia do direito à educação como princípio constitucional. Cruz e Santos (2024) destacam que a legislação brasileira reconhece a educação como um direito fundamental e estabelece a responsabilidade do Estado na garantia desse direito. Nesse sentido, políticas educacionais devem ser desenvolvidas com base em princípios de igualdade, equidade e justiça social, visando assegurar oportunidades educacionais para toda a população.

Costa *et al.* (2024) enfatizam que a integração de diferentes políticas educacionais é um fator essencial para fortalecer a inclusão social no sistema educacional. Segundo os autores, programas voltados à melhoria da qualidade do ensino, valorização da formação docente e inovação pedagógica devem atuar de forma articulada para produzir resultados mais efetivos. A fragmentação das políticas públicas pode comprometer sua eficácia e dificultar o alcance dos objetivos educacionais.

Além disso, os autores destacam que a formação de professores desempenha um papel fundamental no processo de inclusão educacional. Costa *et al.* (2024) argumentam que professores preparados para lidar com a diversidade cultural, social e cognitiva dos estudantes são essenciais para promover práticas pedagógicas inclusivas. Dessa forma, investir na formação inicial e continuada dos docentes constitui uma estratégia importante para fortalecer as políticas

públicas educacionais.

Dexheimer e Silva (2024) introduzem na discussão a importância da inclusão digital no contexto educacional contemporâneo. Segundo as autoras, o acesso às tecnologias digitais tornou-se um elemento fundamental para ampliar as oportunidades de aprendizagem e democratizar o acesso ao conhecimento. A integração de tecnologias no ambiente escolar pode contribuir para reduzir desigualdades educacionais, especialmente quando associada a políticas públicas voltadas à inclusão digital.

Contudo, Dexheimer e Silva (2024) alertam que a inclusão digital ainda enfrenta diversos desafios no Brasil, como limitações de infraestrutura tecnológica, desigualdade no acesso à internet e falta de formação adequada para professores no uso de recursos digitais. Essas dificuldades evidenciam a necessidade de políticas públicas mais robustas e integradas, capazes de garantir que as tecnologias educacionais sejam utilizadas de forma efetiva no processo de ensino e aprendizagem.

Santos *et al.* (2023) argumentam que as políticas educacionais brasileiras passaram por diferentes fases ao longo das últimas décadas, refletindo mudanças políticas, econômicas e sociais do país. Segundo os autores, houve avanços significativos na ampliação do acesso à educação básica, especialmente após a implementação de políticas voltadas à universalização do ensino. No entanto, os pesquisadores ressaltam que a expansão do acesso nem sempre foi acompanhada pela melhoria da qualidade educacional, o que representa um desafio importante para o sistema educacional brasileiro.

Nesse sentido, Faustino e Pereira (2024) destacam que a inclusão social na educação deve ser compreendida como um processo amplo e contínuo, que envolve não apenas o acesso às instituições de ensino, mas também a criação de condições que favoreçam a permanência e o sucesso escolar dos estudantes. Os autores ressaltam que muitos alunos pertencentes a grupos socialmente vulneráveis enfrentam dificuldades relacionadas a fatores socioeconômicos, o que pode comprometer sua trajetória educacional.

Cruz e Santos (2024) também enfatizam que a educação possui um papel fundamental na redução das desigualdades sociais, mas destacam que os resultados das políticas educacionais dependem de sua capacidade de alcançar efetivamente as populações mais vulneráveis. Segundo os autores, políticas educacionais voltadas à inclusão devem considerar fatores como pobreza, exclusão social e desigualdade regional, garantindo que os recursos educacionais sejam distribuídos de forma mais equilibrada.

Outro aspecto relevante apontado pelos estudos refere-se à importância da gestão educacional na implementação das políticas públicas. Costa *et al.* (2024) afirmam que a gestão eficiente das políticas educacionais é um elemento essencial para garantir que os programas governamentais alcancem seus objetivos. A falta de articulação entre diferentes níveis de governo e a ausência de planejamento adequado podem comprometer a eficácia das políticas educacionais.

Além disso, Costa *et al.* (2024) ressaltam que a inovação pedagógica tem se destacado como um fator importante para fortalecer a inclusão educacional. A adoção de metodologias de ensino mais participativas e centradas no estudante pode contribuir para melhorar o processo de aprendizagem e ampliar o engajamento dos alunos. Nesse sentido, políticas públicas que incentivem a inovação educacional podem desempenhar um papel relevante na construção de ambientes escolares mais inclusivos.

Dexheimer e Silva (2024) reforçam que o avanço das tecnologias digitais trouxe novas possibilidades para o processo educativo, especialmente no que se refere à democratização do acesso à informação e ao conhecimento. As autoras destacam que a utilização de recursos tecnológicos no ensino pode favorecer práticas pedagógicas mais dinâmicas e inclusivas, contribuindo para ampliar as oportunidades de aprendizagem dos estudantes.

No entanto, as autoras também apontam que a incorporação das tecnologias digitais na educação brasileira ainda ocorre de forma desigual. Muitas escolas enfrentam dificuldades relacionadas à infraestrutura tecnológica, ao acesso à internet e à capacitação dos professores para utilizar ferramentas digitais no processo de ensino. Essa realidade evidencia a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão digital de forma mais ampla e estruturada.

Santos *et al.* (2024) acrescentam que as políticas educacionais voltadas à inclusão social devem considerar a diversidade presente na sociedade brasileira. Segundo os autores, o sistema educacional precisa reconhecer e valorizar diferentes identidades culturais, sociais e regionais, promovendo práticas pedagógicas que respeitem essa diversidade. Dessa forma, a inclusão educacional está diretamente relacionada à construção de um ambiente escolar mais democrático e plural.

Outro ponto destacado pelos estudos refere-se à importância da participação social na formulação das políticas educacionais. Cruz e Santos (2024) argumentam que a participação de diferentes atores sociais, como professores, gestores, estudantes e comunidades, pode contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e alinhadas às necessidades da população. A construção coletiva das políticas educacionais fortalece o processo democrático e

amplia as possibilidades de inclusão social.

Faustino e Pereira (2024) também ressaltam que a avaliação contínua das políticas públicas educacionais é fundamental para identificar avanços, limitações e possibilidades de melhoria. A ausência de mecanismos adequados de monitoramento pode dificultar a análise dos resultados das políticas implementadas, comprometendo a capacidade de aperfeiçoar as estratégias educacionais.

De maneira geral, os autores analisados convergem ao afirmar que a educação constitui um dos principais instrumentos de transformação social, sendo capaz de ampliar oportunidades e promover maior equidade entre diferentes grupos sociais. Entretanto, os estudos também indicam que a efetividade dessas políticas depende diretamente de sua implementação adequada, da continuidade das ações governamentais e da articulação entre diferentes setores da sociedade.

Nesse sentido, Santos *et al.* (2023) destacam que o desenvolvimento das políticas educacionais brasileiras tem sido marcado por avanços e retrocessos ao longo do tempo. Segundo os autores, embora tenham ocorrido progressos significativos na ampliação do acesso à educação, especialmente na educação básica, ainda existem desafios relacionados à qualidade do ensino e à permanência dos estudantes nas escolas. Esse cenário demonstra que o acesso à educação, por si só, não é suficiente para garantir inclusão social efetiva.

De acordo com Cruz e Santos (2024), a inclusão social por meio da educação requer a implementação de políticas públicas que sejam capazes de enfrentar as desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira. Os autores afirmam que fatores como pobreza, exclusão social e desigualdade regional continuam influenciando diretamente o desempenho educacional dos estudantes. Dessa forma, as políticas educacionais precisam considerar essas dimensões sociais para produzir resultados mais efetivos.

Faustino e Pereira (2024) complementam essa discussão ao afirmar que as políticas educacionais inclusivas devem promover não apenas a ampliação do acesso ao ensino, mas também condições adequadas para que os estudantes possam desenvolver plenamente suas capacidades. Isso envolve a oferta de infraestrutura escolar adequada, recursos pedagógicos de qualidade e profissionais da educação preparados para lidar com a diversidade presente no ambiente escolar.

Outro aspecto importante destacado pelos estudos refere-se ao papel da equidade nas políticas educacionais. Santos *et al.* (2024) argumentam que a promoção da equidade educacional exige políticas públicas capazes de atender às necessidades específicas de diferentes grupos

sociais. Nesse sentido, programas educacionais voltados a populações vulneráveis, como estudantes de baixa renda, comunidades rurais e grupos historicamente marginalizados, podem contribuir para reduzir as desigualdades educacionais existentes.

Costa *et al.* (2024) ressaltam que a integração entre diferentes políticas públicas educacionais é um elemento fundamental para fortalecer os processos de inclusão social. Os autores afirmam que iniciativas isoladas tendem a produzir resultados limitados, sendo necessário desenvolver estratégias educacionais mais amplas e articuladas. Dessa forma, políticas voltadas à formação docente, inovação pedagógica e melhoria da infraestrutura escolar devem atuar de maneira complementar.

Nesse contexto, a formação de professores emerge como um dos pilares fundamentais para o fortalecimento das políticas educacionais inclusivas. Costa *et al.* (2024) destacam que docentes preparados para trabalhar com metodologias diversificadas e com diferentes realidades sociais podem contribuir significativamente para a construção de ambientes educacionais mais inclusivos. A formação continuada, portanto, torna-se um elemento essencial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais eficazes.

Dexheimer e Silva (2024) acrescentam que a inclusão digital também se tornou um componente indispensável para a promoção da equidade educacional no contexto contemporâneo. As autoras argumentam que o acesso às tecnologias digitais pode ampliar as possibilidades de aprendizagem, permitindo que estudantes tenham contato com diferentes recursos educacionais e formas de construção do conhecimento. Contudo, a desigualdade no acesso às tecnologias ainda representa um desafio importante no cenário educacional brasileiro.

Nesse sentido, os estudos indicam que a superação das desigualdades educacionais exige investimentos contínuos em infraestrutura tecnológica e formação docente para o uso das tecnologias no ensino. Dexheimer e Silva (2024) destacam que políticas públicas voltadas à inclusão digital devem considerar tanto o acesso aos equipamentos quanto a capacitação de professores e estudantes para utilizar esses recursos de maneira crítica e produtiva.

Outro ponto relevante identificado na análise refere-se à necessidade de fortalecer mecanismos de avaliação e monitoramento das políticas públicas educacionais. Faustino e Pereira (2024) afirmam que a avaliação contínua das políticas permite identificar resultados, desafios e possibilidades de aprimoramento das ações governamentais. Esse processo é essencial para garantir maior transparência e eficiência na gestão das políticas educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais desta pesquisa permitem compreender que as políticas públicas educacionais no Brasil desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão social e na redução das desigualdades historicamente presentes na sociedade. Ao longo da análise realizada, foi possível observar que a educação é reconhecida como um direito essencial e como um importante instrumento de transformação social, capaz de ampliar oportunidades, promover cidadania e contribuir para o desenvolvimento social. Nesse contexto, as políticas educacionais tornam-se mecanismos estratégicos para garantir o acesso à educação e fortalecer processos de equidade no sistema educacional brasileiro.

A análise dos estudos selecionados evidenciou que, nas últimas décadas, o Brasil tem avançado na criação e implementação de políticas públicas voltadas à ampliação do acesso à educação, especialmente no âmbito da educação básica. No entanto, os autores analisados apontam que ainda existem desafios significativos relacionados à qualidade do ensino, à permanência dos estudantes nas instituições educacionais e às desigualdades regionais e socioeconômicas que afetam o sistema educacional. Dessa forma, embora haja progressos importantes, ainda há um longo caminho a ser percorrido para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva.

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa refere-se à necessidade de integração entre diferentes políticas educacionais. A análise dos estudos demonstrou que iniciativas isoladas tendem a produzir resultados limitados, sendo fundamental que programas educacionais sejam articulados de forma estratégica e alinhados a objetivos comuns de inclusão social e desenvolvimento educacional. Nesse sentido, políticas voltadas à formação docente, inovação pedagógica, melhoria da infraestrutura escolar e inclusão digital devem atuar de maneira complementar para fortalecer o sistema educacional.

Além disso, os resultados evidenciam que a formação de professores constitui um elemento essencial para o sucesso das políticas educacionais inclusivas. Profissionais capacitados para lidar com a diversidade social, cultural e educacional presente nas escolas podem contribuir significativamente para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e democráticas. Assim, investir na formação inicial e continuada dos docentes torna-se uma estratégia fundamental para melhorar a qualidade da educação e ampliar as oportunidades de aprendizagem para todos os estudantes.

A pesquisa também destacou a importância da inclusão digital no contexto educacional contemporâneo. O acesso às tecnologias e aos recursos digitais pode ampliar as possibilidades de aprendizagem e democratizar o acesso ao conhecimento. No entanto, a desigualdade no acesso à infraestrutura tecnológica ainda representa um desafio significativo, especialmente em regiões com menor desenvolvimento socioeconômico. Dessa forma, políticas públicas voltadas à inclusão digital devem ser fortalecidas para garantir que todos os estudantes possam se beneficiar das oportunidades oferecidas pelas tecnologias educacionais.

Diante do exposto, conclui-se que as políticas públicas educacionais no Brasil possuem grande potencial para promover inclusão social e reduzir desigualdades, desde que sejam implementadas de forma contínua, articulada e orientada pelas necessidades da população. A construção de um sistema educacional mais justo e inclusivo depende do fortalecimento das políticas educacionais, do investimento em infraestrutura e formação docente, bem como da participação ativa da sociedade na construção e no acompanhamento dessas políticas.

Por fim, destaca-se a importância de novas pesquisas sobre a temática, considerando a constante transformação das políticas educacionais e os desafios emergentes no campo da educação. Estudos futuros podem aprofundar a análise sobre a efetividade das políticas públicas educacionais e investigar estratégias capazes de fortalecer a inclusão social por meio da educação, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais equitativa e democrática.

REFERÊNCIAS

COSTA, Poliana Silva; COSTA, José Francisco da Silva; TAVARES, Francinei Bentes. A integração de políticas públicas educacionais para a equidade e inovação na educação básica no Brasil: desafios e oportunidades. ARACÊ, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/arev7n6-083>

CRUZ, Eder Pereira do Carmo; SANTOS, Marcelo Henrique Pereira dos. Educação e igualdade: o impacto das políticas públicas na redução das desigualdades sociais no Brasil. ID on line. Revista de Psicologia, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/online.v19i76.4179>

DEXHEIMER, Elisandra Aparecida Moura; SILVA, Madalena Pereira da. Políticas públicas à inserção das tecnologias na educação. Revista Educare, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2527-1083.2024v10.69851>

FAUSTINO, Antonio Júlio Celestino; PEREIRA, Aguinaldo. Políticas públicas educacionais de inclusão social. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.61164/rmnm.v5i1.2462>

JAHNKE, J. F.; VELEZ, W. M.; LIMA, L. A. de O.; NASCIMENTO, T. C. do; SIQUEIRA, A. C. de; SANTOS, L. dos; ALMEIDA, T. G. de; MENEZES, N. C. R.; MARTIN, P. R. C. de; MARTINS, H. F.; ARAUJO, W. E. L. de; SANTOS, D. S. dos. Gestão Escolar e Inovação no Contexto da Educação 4.0: o Papel das Tecnologias na Melhoria dos Processos Educativos. *Revista de Gestão e Secretariado*, [S. l.], v. 16, n. 10, p. e5330, 2025. DOI: 10.7769/gesec.v16i10.5330.

LIMA, L. A. de O.; INDIANI, L.; OLIVEIRA, P. M. S.; DRESCH, F.; FAVETTI, I.; WINK, J. O.; WOLSCHICK, A. T. N.; GUSATTO, D.; KNOLLSEISEN, A. C. G.; SOEHN, L. Educação midiática: desafios e oportunidades no uso de tecnologias digitais. *Caderno Pedagógico*, [S. l.], v. 22, n. 9, p. e18273, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n9-251.

LIMA, L. A. de O.; JAHNKE, J. F.; JESUS, E. L. de; PEREIRA, R.; RIBEIRO, C. M. G.; PEDRO, A. M. Tecnologias de Informação e Comunicação na Globalização: Conexões, Desigualdades e Transformações Socioculturais. *Revista de Gestão e Secretariado*, [S. l.], v. 16, n. 8, p. e5222, 2025. DOI: 10.7769/gesec.v16i8.5222.

LIMA, L. A. O.; DOMINGUES, P. L.; SILVA, R. T. . Applicability of the Servqual Scale for Analyzing the Perceived Quality of Public Health Services during the Covid-19 Pandemic in the Municipality of Três Rios/RJ, Brazil. *International Journal of Managerial Studies and Research (IJMSR)*, v. 12, p. 17-18, 2024. <https://doi.org/10.20431/2349-0349.1208003>

LIMA, Lucas Alves de Oliveira; DA SILVA, Avelar Alves; DE LIMA, Tamires Mélo; PONTES, Marcelo Campos; DE SOUSA, Karine Lima; AZEVEDO, Miguel Tourinho. Programa Saúde na Escola (PSE): Integrando políticas públicas de saúde e de educação. *LUMEN ET VIRTUS*, [S. l.], v. 15, n. 40, p. 4386–4393, 2024. DOI: 10.56238/levv15n40-021.

LIMA, Lucas Alves de Oliveira; MENEZES, Sady Júnior Martins da Costa de. Programa de Educação Tutorial (PET): perspectivas históricas, fundamentos e as contribuições para a minimização da evasão estudantil no nível superior. *Cadernos Cajuína*, [S. l.], v. 10, n. 3, p. e1088, 2025. DOI: 10.52641/cadcajv10i3.1088.

SANTOS, Gean Medrado *et al.* Desigualdades educacionais no Brasil e as políticas públicas de inclusão. *Revista de Geopolítica*, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/revgeov16n5-137>

SANTOS, Patrícia Araújo dos *et al.* Políticas educacionais no Brasil: entre avanços e retrocessos. *Revista Missioneira*, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.46550/461bmx62>

SILVA, ROBSON TAVARES DA; LIMA, Lucas Alves de Oliveira; SILVA, ROBSON DIAS DA. TRANSFORMAÇÃO DIGITAL, DESENVOLVIMENTO E DESAFIOS SOCIAIS NO CONTEXTO DA INDÚSTRIA 4.0. *Revista de Derecho y Câmbio Social*, v. 22, p. e3555, 2025. <https://doi.org/10.54899/dcs.v22i83.3555>